

Jornalismo feminista: estratégias e desafios diante dos conservadorismos

Cláudia Lago¹  0000-0002-1207-2568

Jimena Maria Massa²  0009-0008-9985-7034

Daiane Bertasso³  0000-0002-7528-3709

¹Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. 05508-020 – eca@usp.br

²Universidad Nacional de Córdoba, Córdoba, Argentina. X5000HUA – comunicacion@fcc.unc.edu.ar

³Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
88040-900 – ppgjor@contato.ufsc.br



Resumo: O jornalismo é uma importante tecnologia de gênero que (re)produz estereótipos e divulga modos de conduta a partir de uma perspectiva androcêntrica. Diferente disso, o jornalismo feminista tem questionado estas lógicas e desenvolvido outras práticas, a partir de perspectivas feministas que se definem como interseccionais e por vezes decoloniais. Este texto conceitua o jornalismo feminista apontando suas estratégias antifascistas, antirracistas e sua relação possível com posicionamentos decoloniais. A partir de pesquisa exploratória e de vivências das docentes em ensino, pesquisa e extensão, o trabalho explora especialmente coletivos argentinos e brasileiros, identifica jornalismo feministas que colaboram para resistir aos ataques ultraconservadores, construir alianças e outras pedagogias e epistemologias que possibilitem transformações na realidade social.

Palavras-chave: jornalismo feminista; jornalismo com perspectiva de gênero; perspectivas decoloniais; Argentina; Brasil.

Feminist journalism: strategies and challenges in the face of conservatism

Abstract: Journalism is an important gender technology that (re)produces stereotypes and discloses modes of conduct from an androcentric perspective. Unlike this, feminist journalism has questioned these logics and developed other practices, from feminist perspectives that define themselves as intersectional and sometimes decolonial. This text conceptualizes feminist journalism pointing out its anti-fascist, anti-racist strategies and its possible relationship with decolonial positions. From exploratory research and experiences of teachers in teaching, research and extension, the work explores especially collectives Argentines and Brazilians, identifies feminist journalism, which collaborate to resist ultra-conservative attacks, build alliances and other pedagogies and epistemologies that enable transformations in social reality.

Keywords: Feminist journalism; Journalism with a gender perspective; Decolonial perspectives; Argentina; Brazil.

Periodismo feminista: estrategias y desafíos frente al conservadurismo

Resumen: El periodismo es una importante tecnología de género que (re)produce estereotipos y divulga modos de conducta desde una perspectiva androcéntrica. Al contrario, el periodismo feminista ha cuestionado estas lógicas y desarrollado otras prácticas, desde perspectivas feministas que se definen como interseccionales y a veces decoloniales. Este texto conceptualiza el periodismo feminista señalando sus estrategias antifascistas, antirracistas y su posible relación con posicionamientos decoloniales. A partir de la investigación exploratoria y las experiencias de los docentes en la enseñanza, la investigación y la extensión, el trabajo explora especialmente colectivos argentinos y brasileños, identifica periodistas feministas, que colaboran para resistir los ataques ultraconservadores, construir alianzas y otras pedagogías y epistemologías que posibiliten transformaciones en la realidad social.

Palabras clave: periodismo feminista; periodismo con perspectiva de género; perspectivas decoloniales; Argentina; Brasil.

Jornalismo feminista, com perspectiva de gênero, decolonial: do que estamos falando

Neste artigo, apresentamos iniciativas de jornalismo que desafiam a lógica hegemônica das tecnologias de gênero (Teresa de Lauretis, 1994), a partir da episteme feminista. Nossa metodologia é de pesquisa exploratória, visando às “aproximações empíricas ao fenômeno investigado, com o intuito de perceber seus contornos, nuances, singularidades” (Jiane Bonin, 2016, p. 222), decorrente das nossas observações e vivências, a partir de experiências docentes em ensino, orientações, coordenações e avaliações de pesquisas na área, além de ações de extensão, como cursos e eventos. Olhamos especialmente para a Argentina e o Brasil, enfocando características, estratégias e desafios das iniciativas de jornalismo feminista. Iniciamos discutindo o que estamos falando quando falamos em jornalismo feminista, qual a diferença com o jornalismo com perspectiva de gênero e as perspectivas de jornalismo feminista e com perspectiva de gênero que se definem como interseccionais e, por vezes, decoloniais.

O jornalismo feminista, como prática estratégica de significação, se caracteriza por sua deliberada intenção emancipatória; tem o propósito de transformar a desigualdade estrutural e uma criatividade importante para identificar múltiplas opressões, o que lhe permite traduzir sua abordagem interseccional (Kimberlé Crenshaw, 1989; Mara Viveros Vigoya, 2016) em narrativas inclusivas e plurais. O jornalismo feminista, neste sentido, tem sido um ator fundamental nas lutas por justiça e igualdade não apenas de gênero, mas também de raça, classe, orientação sexual, nacionalidade, idade, entre outras – inter-relacionadas e que se moldam mutuamente. Por isso, ao conceituarmos o jornalismo feminista a partir das experiências na América Latina, notadamente, Argentina e Brasil, vinculamos este ao conceito de interseccionalidade (Viveiros Vigoya, 2016; Lélia Gonzalez, 2020). Em sua análise da genealogia do conceito, Viveiros Vigoya (2016, p. 8) assinala que as análises interseccionais destacam duas questões: “primeiro, a multiplicidade de experiências de sexismo vivenciadas por diferentes mulheres e, segundo, a existência de posições sociais que não sofrem marginalização ou discriminação porque incorporam a própria norma, como masculinidade, heteronormatividade ou branquitude”, lembrando que a abordagem não é nova no feminismo. Gonzalez (2020), outra referência, desde meados da década de 70 já refletia as questões sociais relativas à formação da sociedade brasileira a partir da interseção entre gênero, classe, raça e etnia, presentes em sua constituição enquanto sujeita mulher, negra, pobre e latino-americana, defendendo que a ênfase do movimento feminista deveria ser na dimensão racial, já que mulheres negras e indígenas experienciavam as maiores formas de violência e de exclusão.

Importante especificar que, embora exista uma tendência a confundir o jornalismo com perspectiva de gênero – que tentamos instalar nos cursos universitários de jornalismo e também na mídia de todos os tipos e tamanhos – com o jornalismo feminista, eles não são a mesma coisa.

Em termos resumidos, o jornalismo com perspectiva de gênero tem o cuidado de não invisibilizar ou discriminar com base na identidade de gênero ou na orientação sexual – ao contrário, busca colocar em pauta as iniciativas de mulheres e pessoas de outras identidades de sexo e gênero –, evita deliberadamente objetificar ou sexualizar o corpo das mulheres e exotizar as identidades trans e busca uma forma inclusiva de apresentar as notícias, com o compromisso de construir narrativas que levem em conta a diversidade de sexo e gênero. Ou seja, é um modo de fazer jornalismo inclusivo e respeitoso. Portanto, por essas razões elementares, a perspectiva de gênero é – ou deveria ser – um requisito indispensável de qualidade jornalística, um padrão mínimo de ética profissional, independentemente da linha editorial ou do objetivo comercial de cada veículo de mídia e de cada jornalista. A essa altura, produzir conteúdo com essa perspectiva deveria ser tão inerente às práticas profissionais quanto outras práticas fundamentais, como verificar dados com fontes independentes entre si ou respeitar a confidencialidade de uma declaração em *off*. Apesar de ser uma premissa básica relacionada ao modo de produção jornalística, ele ainda é majoritariamente desconsiderado, como indicam os dados do *Global Media Monitoring Project* (GMMP, 2020), que aponta para a persistência de uma lógica androcêntrica e excludente nas notícias mundiais. O último levantamento, em 2020, indicou que estamos há 67 anos da equidade de gênero na mídia jornalística, e que apenas 25% das matérias falam sobre mulheres ou têm mulheres como fontes de informação, testemunhas ou autoras (jornalistas) (GMMP, 2020).

Relacionada ao jornalismo com perspectiva de gênero, em uma tentativa de combater o sexismo da grande mídia, está a criação da figura da editora de gênero. O primeiro cargo desse tipo na América Latina surgiu em 2019, com a nomeação da jornalista Mariana Iglesias no *Clarín*, um dos meios mais importantes da Argentina e com alcance nacional. Em pouco tempo, treze veículos argentinos tinham adotado essa política e o país tornou-se o mais representativo na área em termos de número de editorias de gênero nos veículos. No Brasil, semanas antes da

nomeação de Maria Iglesias no *Clarín*, o jornal *Folha de S. Paulo* criou a editoria de Diversidade, que deveria atuar em relação a todas as questões do guarda-chuva da diversidade social. Em 2021, o *Estado de Minas* criou um Núcleo de Diversidade, constituído também como uma editoria. Na Argentina, as jornalistas responsáveis conformaram a *Red de Editoras de Género*,¹ iniciativa inédita impulsionada pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2025). No Brasil, em 2017, se constituiu a Rede de Jornalistas com Visão de Género, a partir da *Red Internacional de Periodistas con Visión de Género* (RIPVG),² que reúne mulheres jornalistas ligadas ou não aos meios hegemônicos.

Para compreender o crescimento desta figura na mídia local Argentina, vale a pena lembrar que os movimentos de mulheres argentinas promoveram, entre outras coisas, a aprovação da Lei Micaela (2019),³ que estabelece a capacitação obrigatória sobre questões de gênero e violência contra as mulheres para todas as pessoas que trabalham no setor público; e pouco depois promoveram a aprovação da Lei de Interrupção Voluntária da Gravidez e a Lei de Equidade de Género nos Meios de Comunicação, ambas promulgadas em 2021. As editorias de gênero se articulam a estes movimentos.

Apesar de todas as dificuldades, existe, nas equipes de trabalho argentinas, o consenso de que a incorporação das editoras foi um avanço que resultou em melhor qualidade das informações, ampliação da agenda temática de gênero, diversificação das fontes e, em alguns casos, foram mencionados aspectos ligados ao uso de linguagem não sexista. Da mesma forma, repete-se que um dos avanços-chave foi a melhoria no tratamento da violência de gênero, em particular a cobertura jornalística a respeito dos feminicídios (Belén Spinetta, 2023).

O jornalismo feminista, por sua vez, vai mais longe e, às vezes, muda de direção. Por um lado, trata-se de uma forma situada e incorporada/encarnada (Donna Haraway, 1995) de fazer jornalismo, que rejeita a *objetividade* entendida como imparcialidade e como o oposto da subjetividade. Negar a objetividade jornalística no seu sentido tradicional surge da convicção de que nenhuma produção está desligada do contexto ou da subjetividade do/a produtor/a. O compromisso com o jornalismo situado consiste em explicitar o lugar da enunciação, não só em termos de identidade de gênero, mas também em relação à posição de classe, etnia, idade ou território, assumindo que tais pertencimentos condicionam o modo de olhar e narrar. É uma adaptação dos postulados da epistemologia feminista que questionam o conhecimento androcêntrico apresentado como universal e objetivo. De acordo com a noção de “conhecimento situado”, Haraway (1995, p. 22) defende a necessidade de especificar o ponto de vista do qual se parte e por que aquele e não outro – os pontos de vista nunca são neutros –, assumindo que o conhecimento será sempre parcial e localizado. Nesse esforço, Haraway (1995) também questiona o risco essencialista de postular um ponto de vista feminista, dado que as experiências das mulheres nunca são as mesmas.

Nessa linha, as jornalistas feministas se identificam como tais, assumindo abertamente a posição sobre o que dizem: explicitam seu pertencimento a diferentes grupos, ou sua adesão a pautas específicas, experimentam novas linguagens e formatos para instalar uma agenda temática com demandas das mulheres e dos coletivos da diversidade de gênero e sexualidades, defendendo que este é o caminho para um jornalismo rigoroso e verdadeiro. A construção de uma agenda própria que aborde as preocupações, os dilemas e os anseios daquelas que sonham com uma sociedade mais justa é uma característica distintiva do jornalismo feminista. Portanto, trata-se de uma prática comunicacional na esfera pública que constrói seus próprios critérios de noticiabilidade (Stella Martini, 2000),⁴ com os quais não só aposta na instalação de temas e na promoção de debates geralmente ausentes na mídia hegemônica (Raymond Williams, 1980) ou consolidada, mas também prioriza as questões na conversa pública de acordo com outras prioridades.

A violência de gênero, os direitos sexuais e reprodutivos, a equidade nas políticas de cuidado e os direitos da população trans aparecem como tópicos constantes no jornalismo feminista. A denúncia sistemática das violências e, em particular, dos feminicídios, é um tema recorrente nas mídias feministas (Jimena Massa, 2022); alguns veículos, como *La Marea Noticias*, *Feminacida*, *LatFem*, contam com uma seção específica para abordar este tópico. Nesse sentido, as publicações feministas têm contribuído para a consolidação de um discurso

¹ Fundada em 25 de novembro de 2021, no Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres. A Rede reúne 12 jornalistas de diferentes províncias da Argentina (UNFPA, 2025).

² A Rede Internacional de Jornalistas com Visão de Género é uma organização criada em novembro de 2005, em Morelia (México), para priorizar a perspectiva de gênero em seu trabalho, valorizar as mulheres como fontes de informação e promover o uso de uma linguagem não sexista (RIPVG, 2025).

³ A Lei Micaela (número 27.499) foi sancionada em 2019 e foi batizada em homenagem à Micaela García, vítima de feminicídio em 2017.

⁴ Segundo Martini (2020), os critérios de noticiabilidade tratam de identificar quais características dos eventos os tornam dignos de ser noticiáveis. A novidade ou ruptura com a vida cotidiana, a originalidade ou imprevisibilidade e o impacto social de um acontecimento são alguns dos valores-notícia mais importantes para a qualificação dos fatos da realidade cotidiana.

social (Marc Angenot, 2010) que condena a violência de gênero e procura mostrar as causas estruturais que sustentam tal violência. As coberturas, por sua vez, levam em conta diretrizes éticas fundamentais para o tratamento da informação, como a não exposição da privacidade das vítimas, a eliminação de qualquer valorização sobre suas vidas pessoais e a crescente visibilização dos agressores.

A informação de serviço é uma característica distintiva da mídia feminista e não apenas em relação à violência. Na Argentina, por exemplo, antes e depois da sanção da lei de Interrupção Voluntária da Gravidez (2020), têm sido constantes as matérias sobre os obstáculos para a realização do aborto (antes da lei) e também informações sobre como, quando e onde é possível acessar a essa prática de maneira legal, segura e gratuita (depois da lei). Por exemplo, o coletivo *La Trenza* (Mendoza), em sua conta no Instagram, oferecia um *Guia para Aborto con Misoprostol* e o *Periódicas* (Santa Fé) tem um banner no site que diz “Você precisa de um aborto?”, com detalhes de contato para solicitar assistência. Da mesma forma, no Brasil, por exemplo, o *Portal Catarinas*, que trata, em diversas matérias, a questão do direito ao aborto legal para meninas e mulheres, como a reportagem especial “Suportaria mais um pouquinho?”, que relata o caso de uma menina de 11 anos, grávida após estupro, induzida por juíza de Santa Catarina a desistir do seu direito ao aborto legal (Paula Guimarães; Bruna de Lara; Tatiana Dias, 2022). Ainda no Brasil, a *Revista AzMina* possui uma editoria/seção específica com o título ‘Aborto’ na barra de menu do site (Ana Rita Cunha; Jane Fernandes; Joana Suarez, 2024).

Os corpos, diversos e dissidentes, também são matéria de interesse. Com nuances e abordagens diferentes, na mídia feminista, aparece o tema das corporalidades em termos de estéticas e de desejos. Por um lado, questiona estereótipos e modelos de beleza hegemônicos, promovendo a visibilidade de outras estéticas possíveis; por outro lado, reivindica o reconhecimento dos próprios desejos e o direito ao prazer sexual e ao desfrute do corpo de múltiplas maneiras. A mídia feminista aposta a construir uma nova “cartografia material e simbólica da corporalidade” (Silvia Elizalde, 2016, p. 10). No menu de vários dos veículos encontram-se seções como Intimidade, Vínculos, Prazer ou Corpos.

No entanto, isso não significa confundir notícias com panfletos. A produção jornalística feminista exige, na maioria das vezes, ainda maior rigor, porque se trata de apresentar fatos e argumentos que muitas das pessoas não querem ouvir: é necessário ser contundente e convincente. Exige verdadeira pluralidade de fontes, adesão aos fatos, textos bem escritos e clara diferenciação entre dados e opiniões pessoais (Massa, 2022).

Outra importante característica da produção jornalística feminista é sua organização majoritariamente a partir da lógica dos coletivos. Se, por um lado, isto reflete a precarização da profissão jornalística (Roseli Figaro; Cláudia Nonato, 2021), por outro, também é uma escolha de ação e uma herança dos movimentos feministas e sociais – trabalhar coletivamente é também disruptivo, em um mundo que enfatiza o empreendedorismo individual (Christian Laval; Pierre Dardot, 2016).

Dentro da lógica coletiva, jornalistas feministas assumem a capacitação como uma obrigação permanente; trocam experiências, compartilham critérios e se reinventam em espaços comuns, como acontece no Festival Internacional Zarelia (Equador). A iniciativa surgiu em 2018, quando mais de 500 jornalistas se reuniram em Quito para participar do evento dedicado ao jornalismo, mídias digitais, gênero e feminismos. Desde então, o Festival constitui um espaço de encontro e aprendizagem com foco em contar as notícias com perspectiva de gênero. A quinta edição, realizada em 2024, reuniu quase 800 pessoas de 27 países.

Construir uma linha editorial feminista, no entanto, pode significar coisas diferentes para cada meio e até mesmo para cada jornalista, o que resulta em discussões permanentes que perpassam e formatam as equipes de trabalho. Abordar questões controversas como trabalho sexual, barriga de aluguel ou violência de gênero em casais homossexuais pode implicar chegar ao cerne dos debates dos feminismos, sempre presentes, tensos ou com disputas insolúveis. Mas, ao mesmo tempo, essas controvérsias podem resultar em dados mais consistentes e melhores argumentos em favor de uma linha editorial feminista.

Por fim, o que podemos indicar como um jornalismo decolonial? Qual sua relação com o jornalismo feminista? Resumidamente, as teorias da decolonialidade falam de como o colonialismo orienta a ordem mundial, mesmo depois da libertação das colônias. São propostas gestadas na América Latina, a partir do giro decolonial (Luciana Ballestrin, 2013), uma crítica ao eurocentrismo em todas as suas ramificações. O pensamento decolonial aponta para a constituição do mundo a partir da colonização, que se dá por meio da imposição de um sistema global de hierarquização racial para legitimar as desigualdades, e que, por sua vez, sustenta a economia capitalista – e que persiste até hoje, a colonialidade do poder (Aníbal Quijano, 2000). A colonialidade do poder se exerce também apoiada na colonialidade do saber (Walter Dignolo, 2003), que estabelece o conhecimento eurocêntrico como universal e superior, em detrimento dos saberes das comunidades subalternizadas do mundo. A estes braços junta-se a colonialidade do ser (Nelson Maldonado-Torres, 2007), que impacta a existência e

a subjetividade dos povos colonizados, com a desumanização e a subordinação a partir do processo colonial. Ao dialogar com Quijano, María Lugones (2008) propõe que a colonialidade impõe uma lógica de gênero patriarcal que não existia anteriormente à intrusão e que, além da divisão racial, a colonialidade opera pela divisão a partir do gênero.⁵ Um dos pontos essenciais das teorias da decolonialidade é a ideia de que a Modernidade mundial, eurocentrada, só existe a partir do colonialismo, inaugurado com a invasão das Américas. Ou seja, o progresso moderno é desigual e só se dá a partir da expropriação e exploração das terras e dos povos colonizados – em um processo que persiste até hoje.

As perspectivas decoloniais não apenas criticam o colonialismo, mas apontam para a construção de alternativas a ele, especialmente a partir da descolonização do conhecimento e das práticas sociais, com a valorização de saberes e modos de vida ancestrais, por exemplo (Zulma Palermo, 2013; Vivian da Veiga Silva, 2021; Ochy Curiel, 2020). São propostas que têm se disseminado na América Latina, em relação e a partir de movimentos sociais, e junto ao jornalismo feminista, que em alguns casos se diz decolonial, como o coletivo *Feminacida*. A maioria dos grupos que trazemos no texto, no entanto, não assume este nome, mesmo que suas práticas possam ser pensadas dentro da perspectiva decolonial.⁶

A questão da possibilidade (ou não) de o jornalismo ser decolonial tem atraído olhares, já que o jornalismo foi constituído pelas lógicas da colonização, ao mesmo tempo que atua como colonizador dessas mesmas lógicas (Afonso Albuquerque, 2022; Carlos Alberto de Carvalho, 2023). Juntar jornalismo e decolonialidade, portanto, implica repensar pressupostos teóricos e metodológicos de longa tradição no ensino e na pesquisa em Jornalismo, a exemplo dos critérios de noticiabilidade e valores-notícia.⁷

Nesse contexto, autoras têm apontado para a apropriação de estratégias relacionadas às teorias da decolonialidade junto a coletivos jornalísticos feministas. No âmbito da atuação em rede por meio das mídias sociais, Isabella Bergo Crosta (2022) avaliou postagens no Instagram dos coletivos de jornalismo feminista *Feminacida*, da Argentina, e *Portal Catarinas*, do Brasil, defendendo que “há uma relação com a perspectiva decolonial nas postagens, nas práticas digitais, considerando os limites temáticos de acordo com as especificidades de cada país” (Crosta, 2022, p. 9). Da mesma forma, a análise do *Nóis, Mulheres da Periferia* (Cláudia Lago; Gean Gonçalves; Evelyn Kazan, 2023), coletivo jornalístico brasileiro feito por e voltado às mulheres periféricas, identificou estratégias de produção textual que buscam criar laços comunitários e expandir as vozes das mulheres silenciadas. O texto relaciona a produção a perspectivas da feminista Gloria Anzaldúa e a estratégias de descolonização do ser e do saber.

Ascensão dos movimentos e jornalismo feministas na Argentina e no Brasil

A última década (2015-2025) é marcada pelo aumento da visibilidade e proliferação de diversas vozes de militâncias que ocupam espaços públicos de debate, e passam a produzir as suas próprias mídias. Entre 2014 e 2015 ocorrem marchas, mobilizações e formação de coletivos, em torno de questões de gênero e desigualdades, período esse conhecido como Primavera das Mulheres ou Primavera feminista, um momento em que os feminismos ocuparam espaços e ganharam força política contra alguns retrocessos, como em relação a direitos

⁵ Lugones (2008) defende a não existência de patriarcado antes da intrusão. Autoras como Rita Segato (2021) defendem que há um outro tipo de patriarcado, de baixa intensidade. O que é evidente, contudo, é que a intrusão desestruturou as lógicas de organização das relações de gênero, que não se davam da mesma forma, constituindo (Lugones) ou aprofundando (Segato) um violento sistema de dominação masculina (SEGATO, Rita Laura. “O sexo e a norma: frente estatal-empresarial-midiática-cristã”. In: SEGATO, Rita Laura. *Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021).

⁶ A discussão sobre a relação da decolonialidade e do jornalismo é muito mais complexa do que podemos aprofundar neste artigo e relaciona-se às discussões que têm sido feitas sobre a possibilidade de um pensamento/prática decolonial dentro de estruturas forjadas pelo colonialismo como, por exemplo, a própria academia. As camadas desta discussão são inúmeras e estão no cerne do pensamento dos enunciadores da decolonialidade, como aponta Palermo (2013), ao indicar que o grupo Modernidade/Colonialidade, que inaugura as teorizações a partir do olhar para os processos latino-americanos, parte da proposição de combate às estruturas epistêmicas eurocêntricas, universalistas. Este combate em relação ao jornalismo, também devedor da colonialidade, reveste-se de questões específicas, que têm sido apontadas por pesquisadoras e jornalistas, como Fabiana Moraes (2022), que propõe um jornalismo que se ancore nas subjetividades; ou jornalismo produzido por coletivos periféricos (Edilaine Heliodoro Felix, 2023), analisando que suas perspectivas antirracistas e de centramento em grupos marginalizados também se relacionam a perspectivas decoloniais (MORAES, Fabiana. *A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza*. Porto Alegre: Arquipélago, 2022; FELIX, Edilaine Heliodoro. “Jornalismo periférico: por uma práxis decolonial e antirracista”. *PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM*, v. 7, n. 13, 2023. DOI: <https://doi.org/10.31657/rcp.v7i13.662>).

⁷ Para Gislene Silva (2014, p. 54), valores-notícia são “atributos que orientam principalmente a seleção primária dos fatos – e, claro, que também interferem na seleção hierárquica desses fatos na hora do tratamento do material dentro das redações” (SILVA, Gislene. “Para pensar critérios de noticiabilidade”. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo; FERNANDES, Mario Luiz (Orgs.). *Críticas de noticiabilidade – problemas conceituais e aplicações*. Florianópolis: Insular, 2014).

reprodutivos adquiridos. Foram diversas manifestações tanto nas ruas, reunindo milhares de mulheres, como nas redes sociais na internet: Marcha das Mulheres Negras (Brasília, 2015, com 50 mil ativistas de todas as regiões do país); Marcha das Margaridas (em 2015, foi a quinta marcha das trabalhadoras do campo, e reuniu 70 mil mulheres em Brasília); as campanhas virais com as *hashtags*, como *#PrimeiroAssédio*;⁸ na Argentina, em 2016, milhares de mulheres em Buenos Aires fizeram uma marcha pelas ruas em protesto ao feminicídio da adolescente Chiara Páez, pelo grito *Ni Una a Menos*, que ganhou repercussão em toda a América Latina; no verão de 2017, o Brasil e o mundo tiveram a Greve Internacional das Mulheres, organizada por meio das redes sociais on-line sob o rótulo do 8M, impulsionado pela Marcha das Mulheres em Washington, que reuniu milhões de pessoas em protesto um dia após a posse de Donald Trump, em janeiro de 2018 (Maria Bogado, 2018). Manifestações em grupos voltados para o coletivo, horizontalizados, performáticos, com o “uso do corpo como a principal plataforma de expressão” (Bogado, 2018, p. 32).

São movimentos situados por algumas autoras como a ‘explosão feminista’ ou ‘quarta onda feminista’, marcada pelos ‘feminismos da diferença’ (Heloisa Buarque de Hollanda, 2018; Cristiane Costa, 2018; Antonia Pellegrino, 2018), que repercutem na política representativa, nas artes, na academia. Dentre as pautas defendidas pelas diversas correntes feministas contemporâneas, a que une todas, “traduzida numa infinidade de perspectivas, desdobramentos, nuances e percepções, é o[a] da violência contra a mulher” [acrescentemos: a violência de gênero, de um modo geral] (Bogado, 2018, p. 32).

A efervescência dos movimentos refletiu no jornalismo feminista. Especialmente entre 2015 e 2020, houve um salto qualitativo e quantitativo na produção jornalística feminista na América Latina. A ascensão do jornalismo feminista se inseriu em um contexto favorável ao desenvolvimento da mídia digital. Segundo a análise do diretório de mídia digital elaborado pelo *Global Project Oasis* (2024), que inclui 68 países de América Latina, Europa e América do Norte, “a mídia nativa digital tem um alto número de mulheres fundadoras, especialmente quando comparada à mídia tradicional. Mais de 50% da mídia no diretório foi fundada por equipes que incluem pelo menos uma mulher”. As jornalistas têm hoje um papel importante na produção das notícias. Na América Latina, quase 38% das pessoas fundadoras dos 100 meios digitais incluídos no estudo *Punto de Inflexión Internacional* (2021) são mulheres.

O atual ecossistema de mídia, moldado pela convergência digital (Henry Jenkins, 2008), apresenta vários problemas importantes, como a desconfiança do público em relação às notícias, o excesso de desinformação e a proliferação dos discursos de ódio, entre outros. Mas a acessibilidade das tecnologias digitais também permite a circulação de uma pluralidade de vozes, o surgimento de demandas na esfera pública e a troca de informações, fortalecendo estratégias de luta coletiva. E o jornalismo feminista vem fazendo uso dessas possibilidades (Jessica Gustafson, 2019; Crosta, 2022; Lago; Gonçalves; Kazan, 2023).

Atualmente, a mídia feminista está usando as redes sociais como ferramentas para ampliar seu público, amplificar discursos de grupos marginalizados e promover a criação de redes de apoio e solidariedade em nível global. Esse ativismo on-line, promovido pela mídia feminista e/ou por jornalistas feministas, se traduziu em incidências concretas de ativismo na mídia social. Apesar de ainda ser considerada uma mídia de nicho e das persistentes dificuldades financeiras, sua capacidade de mobilizar a opinião pública ficou evidente em vários momentos, como as manifestações do *Ni Una Menos*, mencionadas anteriormente, e *Ele Não*.⁹

Ao analisar as transformações do feminismo na era digital, Guiomar Rovira-Sancho (2018, p. 288) destaca não apenas “a emergência de atores coletivos que saem às ruas como multidões conectadas em redes sem escala”, mas também seu poder de instalar temas feministas na esfera pública e construir narrativas mobilizadoras comum contra a violência. Outro aspecto importante é o entrelaçamento entre os veículos e a academia, seja porque as jornalistas passam por formação acadêmica, seja pelas pesquisas realizadas sobre os veículos.

Para citar apenas alguns exemplos do crescimento em quantidade e qualidade dos veículos feministas que surgiram recentemente e seus respectivos anos de fundação: no Brasil, *AzMinha* (2015), *Portal Catarinas* (2016), *Gênero e Número* (2016) e *Lado M* (2018); em Colômbia, *Las Igualadas* (2017), *Volcánicas* (2019) e *Manifiesta* (2020); no México, *Memórias de Nómada* (2015), *Malvestida* (2016) e *La cadera de Eva* (2019); em Porto Rico, *Todos* (2018) e, em Bolívia, *MuyWaso* (2019). Sustentadas nas redes de parceria próprias dos coletivos feministas, também nasceram produções transnacionais como a *Revista Emancipa* (2017), que reúne produções de Argentina, Chile, Paraguai e Colômbia; e *Amazonas*, uma revista “feminista, anticapitalista e decolonial” com participação de comunicadoras do Brasil, Argentina, Colômbia, Equador, Bolívia, México, Nicarágua e Espanha. Esses meios de comunicação contam histórias de uma

⁸ Surgiu da indignação com o estupro de 33 homens contra uma adolescente, no Rio de Janeiro, em maio de 2016.

⁹ A partir de grandes manifestações ocorridas nas eleições de 2018, lideradas por milhares de mulheres em diversas cidades do Brasil e do exterior, em protesto ao então candidato à Presidência Jair Bolsonaro, surgiu o Movimento Ele Não ou *#EleNão*, na luta contra os ideais da extrema direita e o neofascismo.

perspectiva feminista, mas também usam ferramentas digitais de maneiras inovadoras para ampliar suas vozes e gerar conversas significativas. A *Revista AzMina*, por exemplo, desenvolveu o aplicativo *PenhaS* de enfrentamento à violência doméstica; e o *Elas no Congresso*, uma plataforma que utiliza dados públicos do Congresso Nacional para monitorar os direitos das mulheres do poder legislativo.

Na Argentina, entre 2017 e 2020, logo depois da mobilização *Ni Una Menos* e em coincidência com a *Marea Verde*, grande manifestação que levou à aprovação da Lei de Interrupção Voluntária da Gravidez, pelo menos 13 revistas autoidentificadas como feministas foram criadas em diferentes províncias do país (Massa, 2022).

Em 2017 nasceu *LatFem*, formada por uma equipe de mais de 20 comunicadoras – mais colaboradoras externas – que se reconhecem como parte do movimento *Ni Una Menos*. A revista é uma referência de qualidade jornalística e se destaca pela atualização permanente dos seus conteúdos, pela projeção regional (coberturas de temas latino-americanos) e pela articulação com outros atores para influenciar questões específicas, como a criação da Lei de Equidade na Representação de Gênero na Mídia, sancionada em julho de 2021, na Argentina. Um ano mais tarde, no calor da luta pelo aborto legal, seguro e gratuito, também em Buenos Aires surgiram *Beba e Feminacida*. Uma predecessora da mídia feminista de Buenos Aires é a *Revista Fúrias*, que surgiu em 2010. Desses quatro veículos, apenas dois – *LatFem* e *Feminacida* – registram uma renovação regular de conteúdos e só um – *LatFem* – oferece material informativo noticioso de estrita atualidade.

As revistas feministas também se multiplicaram em distintos estados do país. Em Santa Fé e Córdoba, por exemplo, nasceram pelo menos duas em cada província: na primeira, *Periódicas e Reveladas*; e na segunda, *La Marea Noticias* e *El Tajo*, que ficou off-line apenas um ano depois do seu nascimento. Em Mendoza, comunicadoras da Universidade Nacional de Cuyo criaram *La Trenza*; em La Rioja nasceu *Marea Verde* e, em San Luis, *Periodísticas*, mas, na atualidade, as três apresentam dificuldades para continuar on-line: deixaram de atualizar seus sites e publicam esporadicamente em alguma rede social. E assim tem acontecido com várias iniciativas de jornalismo feminista em distintas cidades da região, que hoje registram uma redução significativa de suas publicações, em função do contexto político já apontado.

No Brasil, a história se assemelha. Muitas páginas na Internet e redes sociais on-line tiveram grande visibilidade e passaram a repercutir no debate público e nas pautas jornalísticas, a exemplo da página do Geledés – Instituto da Mulher Negra, pois, apesar de o instituto ter sido criado em 1988, tendo uma das fundadoras a ativista e pesquisadora negra Sueli Carneiro, com a missão de combater o racismo, o sexismo, a violência contra a mulher e a homofobia, é a partir de 2015 que o Geledés “percebe rapidamente a força das mídias e criou um dos mais influentes portais do movimento feminista” (Costa, 2018, p. 45). Dos diversos coletivos e portais de jornalismo feminista que surgiram no contexto brasileiro, como: o projeto feminista *Think Olga*, fundado em 2013; o coletivo *Nós, Mulheres da Periferia*, fundado em 2014; a revista *Capitolina*, fundada em 2014; a *Revista AzMina*, fundada em 2015; o *Portal Catarinas*, fundado em 2016; e a revista web *Gênero e Número*, fundada em 2016, da mesma forma que os coletivos de outros países, especialmente a Argentina, as pautas desses portais feministas contemporâneos são diversas. São incluídos temas como a luta pela descriminalização do aborto, o combate à violência de gênero, o respeito às diferenças raciais, em especial a valorização das demandas das mulheres negras e a inclusão das mulheres lésbicas, trans e travestis (Gustafson, 2019).

Desafios de ontem, de hoje e de amanhã

Uma pesquisa da associação civil *Comunicación para la Igualdad* (2023) assinala que 83% das editoras foram alvo da violência digital; as entrevistadas disseram ter sido vítimas de ataques realizados por meio de redes sociais ou e-mail. Assédio digital (82% dos casos) e ataques à reputação e credibilidade das jornalistas (54%) foram os tipos de ataques on-line mais citados. Em 27% dos casos houve ameaças diretas de violência e em 18% dos casos houve acesso não autorizado aos perfis das jornalistas e roubo de identidade. Situação similar pode ser observada no Brasil. Jamile Santana (2021), na *Revista AzMina*, comentando pesquisas realizadas no Brasil, indica que os ataques on-line contra as mulheres jornalistas têm padrões: elas são deslegitimadas enquanto profissionais, e aspectos físicos e xingamentos são a tônica das mensagens, bem como a disseminação de informações falsas sobre as jornalistas.

Ou seja, a violência digital sofrida pelas editoras de gênero se soma à violência contra mulheres jornalistas, um problema global que segue padrões, conforme apontado pelo relatório *The Chilling: global trends in online violence against women journalists* (Julie Posetti et al., 2021). Entre os padrões detectados, o relatório aponta para o estímulo aos ataques, promovido por parte de figuras públicas, ligadas aos grupos de extrema direita, a possibilidade de migração da violência on-line para a violência física offline, não apenas para as jornalistas, mas também para

suas famílias – a violência contra mulheres jornalistas segue a lógica das violências de gênero, inclusive no tipo de xingamento e julgamento moral ao qual são submetidas as profissionais.

Na Argentina, hoje, o contexto é muito adverso para o jornalismo de perspectiva de gênero e, especialmente, para o feminista. Desde dezembro de 2024, com o início do governo Milei, em consonância com as mudanças nas políticas públicas de gênero (desaparecimento do Ministério da Mulher e de todas as políticas públicas voltadas para o combate à violência e acompanhamento das vítimas) e com a crescente visibilidade de um discurso que anula as vozes e práticas feministas (acusadas de fazerem parte do “marxismo cultural”), a mídia e as jornalistas que fazem parte desse paradigma sociopolítico enfrentam o duplo desafio de sustentar uma agenda emancipatória e, ao mesmo tempo, continuar sendo visíveis/audíveis,¹⁰ o que tem sido cada vez mais difícil, já que: “A presidência de Javier Milei deu início a um período de grande hostilidade contra o jornalismo, sendo as mulheres jornalistas o principal alvo desses ataques”, conforme estudo da Anistia Internacional, realizado em outubro de 2024 e divulgado em novembro de 2024 na *LatAm Journalism Review* (LJR) (Carolina de Assis, 2024).

No entanto, a consolidação da mídia feminista está longe de ser garantida; os veículos enfrentam diversos riscos e dificuldades para sua sobrevivência: reproduzir manchetes politicamente corretas, mas informativamente pobres (com pobreza de dados), ficar invisível no ecossistema digital por falta de recursos para dominar os algoritmos que prevalecem nas redes sociais, interpelar apenas quem já está ‘convencido/a’ ou pagar custos excessivos por causa do ‘fogo amigo’ (disputas dentro dos movimentos feministas podem ser muito tensas e até implacáveis). Mas, sem dúvida, o maior risco que enfrentam os empreendimentos que pretendem fazer jornalismo feminista é desistir por falta de recursos materiais.

No contexto da crise de financiamento que os meios de comunicação enfrentam há vários anos, as jornalistas feministas precisam multiplicar seus esforços para sustentar seus respectivos empreendimentos. Isso agravado pela escassa publicidade privada e a reduzida quantidade de aportes de assinantes, já que só 13% de quem consome notícias na região pagaram por uma assinatura deste tipo (Luminate, 2022).

Em 2020 os subsídios – recebidos de fundações privadas, investidores filantrópicos e organizações governamentais nacionais e estrangeiras – representaram 37% do faturamento total de mídia digital autogerida na América Latina, sendo a principal fonte de financiamento. Outras fontes de renda, por ordem de importância decrescente, foram as seguintes: publicidade, serviços de consultoria, serviços de conteúdo – produtos para outras mídias ou clientes – e receita de audiência: assinaturas, associações e doações de indivíduos (Punto de Inflexão Internacional, 2021).

Alguns meios de comunicação feminista que conseguem sobreviver hoje dependem, em grande medida, de financiamento internacional. É o caso da *Agencia Presentes* (Argentina), focada na população LGBTQ+ e com cobertura em diferentes países da América Latina. Além disso, muitos veículos feministas ganham fundos de organizações não governamentais para desenvolver ferramentas educacionais gratuitas (cursos on-line, capacitações autoadministradas etc.) que, em alguns casos, são estratégias para construir comunidade e sensibilizar a sociedade, mas, prioritariamente, constituem a contrapartida do financiamento internacional recebido. Alguns veículos conseguem ampliar seu leque de trabalho, especialmente com viés educativo (caso de *Portal Catarinas*, *Think Olga* no Brasil) ou recebem financiamentos, especialmente de fundações. Mas não é a regra, e a maioria dos veículos lida com a precariedade dos “novos arranjos jornalísticos” (Figaro; Nonato, 2021, p. 32).¹¹

A crônica escassez de recursos financeiros para este tipo de empreendimento foi agravada, no caso recente da Argentina, e também no Brasil, entre 2019 e 2022, quando assumiram governos de extrema direita, pela eliminação da publicidade estatal e os ataques sistemáticos a qualquer iniciativa que tivesse a questão de gênero em pauta. Some-se a isto os ataques constantes, violentos, que já mencionamos, e o recrudescimento de movimentos conservadores da extrema direita, que também atuam nas redes e têm desenvolvido estratégias cada vez mais exitosas para atacar os direitos já conquistados pelos feminismos (Costa, 2018).

Em resumo, há um contexto global que afeta o jornalismo em geral, caracterizado pela intensificação da concentração da mídia e pela insegurança no emprego, pela queda no consumo de notícias e pela desconfiança das audiências. Além das dificuldades de financiamento que afetam a sustentabilidade da mídia autogerida e que levaram à paralisação de algumas empresas, há uma violência digital persistente contra jornalistas e um declínio na

¹⁰ Será necessário desenvolver uma pesquisa além das fronteiras nacionais para determinar em que medida a crescente visibilidade da agenda feminista e a conquista de direitos intensificaram a reação conservadora que, embora sempre tenha existido, se fortaleceu com os governos de direita na região. Esses processos nos diferentes países não têm sido lineares nem simultâneos, mas podemos afirmar que, assim como houve uma consolidação regional do jornalismo feminista, também há uma coerência e continuidade nos ataques aos feminismos em geral e ao jornalismo feminista em particular.

¹¹ O termo arranjo, empregado pelas autoras, diz respeito à ideia de se arranjar, de dar um jeito, já que a lógica no campo é a da precariedade.

qualidade da conversa pública que promove a igualdade de direitos e a erradicação da violência de gênero. Nesse contexto, a fragilidade dos empreendimentos feministas e o perigo para as jornalistas feministas *freelance* que produzem conteúdo nas redes sociais são muito maiores (Assis, 2024; Posetti *et al.*, 2021).

Considerações finais

Neste texto, apresentamos experiências de jornalismo feminista na Argentina e no Brasil, elencando surgimentos, potencialidades, desafios, além de discutir as diferenças entre jornalismo com visão de gênero e feminista, e de apontar relações que estes coletivos tecem com perspectivas interseccionais e, por vezes, decoloniais. São jornalismo que possuem práticas que podem ser observadas a partir de perspectivas decoloniais, que combatem a universalidade epistêmica eurocêntrica presente no campo, apesar de não assumir, na maioria das vezes, este rótulo.

Indicamos um crescimento importante destes veículos, a partir de 2015, crescimento também relacionado à 'explosão feminista' (Hollanda, 2018) possibilitada pela relação em redes e mídias sociais. Iniciativas que questionam, na prática, os cânones profissionais, como o conceito de objetividade, propondo novos fazeres e modos de pensar o jornalismo. Iniciativas coletivas, articuladas em redes, que constroem narrativas contra-hegemônicas e, seguidamente, desafiam o que as militâncias (presentes nos movimentos sociais e na academia) identificam como as lógicas patriarcais. São iniciativas que têm impactado as sociedades, visibilizando pautas e grupos sociais minorizados, não apenas mulheres, mas também pessoas LGBTQIAP+, racializadas etc. Ao mesmo tempo, estão a todo momento prestes a perecer, em um cenário de ataques constantes, seja pelo recrudescimento das pautas autoritárias, no continente e no mundo – que fazem das bandeiras feministas e LGBTQIAP+ seu alvo ideal para disseminar o pânico moral (Richard Miskolci; Maximiliano Campana, 2017; Judith Butler, 2024) seja pelo crescimento da violência digital, especialmente contra mulheres, disseminada nas plataformas digitais (Posetti *et al.*, 2021).

A este cenário muito pouco favorável, o jornalismo feminista, que pode ser pensado dentro da proposta de descolonizar os saberes, responde com o fortalecimento das redes de apoio mútuo, com o treinamento sobre segurança digital, busca de fontes alternativas de financiamento e junção dessas lutas com a da regulação normativa das redes e plataformas digitais, que, paradoxalmente, continuam um espaço estratégico para a amplificação de certos debates que lutam para sobreviver em um ecossistema no qual reverberam as vozes de vidas cada vez mais precárias. Neste contexto de retrocesso de direitos e reação conservadora, o jornalismo feminista é mais necessário do que nunca. Precisamos de jornalismo feministas, estratégicos na luta para evitar a destruição dos avanços conquistados e, principalmente, para criar o tecido simbólico que nos permita não apenas resistir, mas também existir com plena igualdade de direitos, com vidas menos vulneráveis e mais permeadas de alegria e desejo. Mas não podemos esquecer que os direitos conquistados nunca estiveram garantidos; que as lutas feministas nunca tiveram momentos tranquilos e, mesmo assim, mudaram a face do mundo. O feminismo sabe que luta é verbo, e não tem prazo de validade, como especialmente mulheres das novas gerações, em que pesem suas diferenças, têm demonstrado.

Referências

- ALBUQUERQUE, Afonso. "O que decolonizar o jornalismo afinal quer dizer? Um olhar a partir do Brasil". *Lumina*, v. 16, n. 3, p. 5-19, 2022.
- ANGENOT, Marc. *El discurso social. Los límites de lo pensable y lo decible*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2010.
- ASSIS, Carolina de. "Violência digital silencia jornalistas argentinas: coberturas sobre aborto e feminicídio são as que mais rendem ataques". *LatAm Journalism Review*, 2024. Disponível em <https://latamjournalismreview.org/pt-br/articles/violencia-digital-silencia-jornalistas-argentinas-coberturas-sobre-aborto-e-feminicidio-sao-as-que-mais-rendem-ataques/>. Acesso em 08/02/2025.
- COMUNICACIÓN PARA LA IGUALDAD. Asociación Civil. "Editoras de Género en Medios de Comunicación de Argentina II". *Comunicación para la Igualdad*, 2023. Disponível em <https://comunicarigualdad.com.ar/editoras-de-genero-argentina-2/>. Acesso em 08/02/2025.
- CUNHA, Ana Rita; FERNANDES, Jane; SUAREZ, Joana. "Conselhos de medicina atuam no lobby antiaborto". *AzMina*, 2024. Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/conselhos-de-medicina-atuam-no-lobby-antiaborto/>. Acesso em 21/02/2025.

BALLESTRIN, Luciana. "América Latina e o giro decolonial". *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, p. 89-117, 2013.

BOGADO, Maria. "Rua". In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Explosão feminista*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 23-42.

BONIN, Jiane. "Questões metodológicas na construção de pesquisas sobre apropriações midiáticas". In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de (Orgs.). *Pesquisa em Comunicação: metodologias e práticas acadêmicas*. Porto Alegre: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016.

BUTLER, Judith. *Quem tem medo do gênero?* São Paulo: Boitempo, 2024.

CARVALHO, Carlos Alberto de. *O jornalismo, ator social colonizado e colonizador*. Curitiba: CRV, 2023.

GUIMARÃES, Paula; LARA, Bruna de; DIAS, Tatiana. "'Suportaria mais um pouquinho?' Vídeo: em audiência, juíza de SC induz menina de 11 anos grávida após estupro a desistir de aborto". *Catarinas*, 2022. Disponível em <https://catarinas.info/video-em-audiencia-juiza-de-sc-induz-menina-de-11-anos-gravida-apos-estupro-a-desistir-de-aborto/>. Acesso em 21/02/2025.

COSTA, Cristiane. "Rede". In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Explosão feminista*. 2 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2018. p. 43-60.

CROSTA, Isabella Bergo. *Coletivos feministas no Instagram: análise do Feminacida (Argentina) e do Portal Catarinas (Brasil)*. 2022. Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

CRENSHAW, Kimberlé W. "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics". *University of Chicago Legal Forum*, 1989.

CURIEL, Ochy. "Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial". In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 120-138.

ELIZALDE, Silvia. *Tiempo de Chicas. Identidad, cultura y poder*. Buenos Aires: Grupo Editor Universitario, 2016.

FESTIVAL INTERNACIONAL ZARELIA. "Jornalismo, Mídias Digitais, Gênero e Feminismo". *Festival Internacional Zarelia*, s.d. Disponível em <https://festivalzarelia.com/>. Acesso em 21/02/2025.

FÍGARO, Roseli; NONATO, Cláudia. *Arranjos jornalísticos alternativos e independentes no Brasil: organização, sustentação e rotinas produtivas*. São Paulo, ECA/USP-CPCT, 2021.

GLOBAL PROJECT OASIS. "Project Oasis Report". *Global Project Oasis*, 2024. Disponível em <https://globalprojectoasis.org/global-report/executive-summary/>. Acesso em 21/02/2025.

GMMP. GLOBAL MEDIA MONITORING PROJECT. "Global Media Monitoring Project (GMMP) 2020 Report". *GMMP*, 2020. Disponível em <https://genderopendata.org/dataset/global-media-monitoring-project-gmmp-2020-report>. Acesso em 21/02/2025.

GONZALEZ, Léila. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUSTAFSON, Jessica. *Jornalistas e feministas: a construção da perspectiva de gênero no Jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2019.

HARAWAY, Donna. "Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial". *Cadernos Pagu*, n. 5, 1995.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. "Introdução: O grifo é meu". In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Explosão feminista*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 11-19.

JENKINS, Henry. *Convergence Culture. La cultura de la convergencia de los medios de comunicación*. Barcelona: Paidós, 2008.

LAGO, Cláudia; GONÇALVES, Gean; KAZAN, Evelyn. "Jornalismo a partir da lógica decolonial: o caso do Nós, Mulheres da Periferia". *Pauta Geral*, v. 10, p. 126-143, 2023.

LAURETIS, Teresa de. "A tecnologia de Gênero". In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

LUGONES, María. "Colonialidade e Gênero". *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, 2008.

LUMINATE. FIRMA DE INVERSIONES FILANTRÓPICAS. "Consumo y pago de noticias digitales: oportunidades y desafíos del modelo de suscripción en América Latina". *Luminate*, 2022. Disponível em [https://luminategroup.com/storage/985/Reporte-Consumo-y-Pago-de-Noticias-Digitales-Regional-\(ES\)---Luminate-2020.pdf](https://luminategroup.com/storage/985/Reporte-Consumo-y-Pago-de-Noticias-Digitales-Regional-(ES)---Luminate-2020.pdf). Acesso em 28/02/2025.

MALDONADO-TORRES, Nelson. "Sobre a Colonialidade do Ser". *Revista Cultural Studies*, v. 21, n. 2-3, p. 240-270, 2007.

MARTINI, Stella. *Periodismo, noticia y noticiabilidad*. Buenos Aires: Editorial Norma, 2000.

MASSA, Jimena. "Revistas digitais feministas: periodismo situado y con agenda propia". *Cuadernos del CIPeCo. Revista del Centro de Investigaciones en Periodismo y Comunicación de la Facultad de Ciencias de la Comunicación*, Universidad Nacional de Córdoba, v. 2, n. 3, 2022.

MIGNOLO, Walter. *Histórias Locais/Projetos Globais: Colonialidade, Saber e Pensamento Liminar*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. "'Ideologia de gênero': notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo". *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-747, 2017. DOI: 10.1590/s0102-69922017.3203008.

PALERMO, Zulma. "Desobediência Epistêmica y opción decolonial". *Cadernos de estudos culturais*, Campo Grande, MS, v. 5, p. 237-194, 2013.

PELLEGRINO, Antonia. "Política representativa". In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Explosão feminista*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 61-72.

POSETTI, Julie; BONTCHEVA, Kalina; MAYNARD, Diana; ABOULEZ, Nermine. *The chilling: global trends in online violence against women journalists*. Paris: Unesco, 2021. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/365806353_The_Chilling_A_global_study_of_online_violence_against_women_journalists. Acesso em 28/02/2024.

PUNTO DE INFLEXIÓN INTERNACIONAL. "Un estudio sobre emprendedores de medios digitales en América Latina, el Sudeste Asiático y África". *Punto de Inflexión Internacional*, 2021. Disponível em <https://data2021.sembramedia.org/es/>. Acesso em 28/02/2025.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina". *Revista Internacional de Ciências Sociais*, n. 168, p. 215-246, 2000.

RIPVG. RED INTERNACIONAL DE PERIODISTAS CON VISIÓN DE GÉNERO. "¿Quiénes somos?" RIPVG, 2025. Disponível em <https://redinternacionaldeperiodistas.org/?p=9497>. Acesso em 25/02/2025.

ROVIRA-SANCHO, Guiomar. "El devenir feminista de la acción colectiva: las redes digitales y la política de prefiguración de las multitudes conectadas". *Teknokultura*, v. 15, n. 2, p. 223-240, 2018.

SANTANA, Jamile. "Mulheres jornalistas recebem mais do que o dobro de ofensas do que colegas homens no Twitter". *AzMina*, 2021. Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-jornalistas-recebem-mais-que-o-dobro-de-ofensas-que-colegas-homens-no-twitter/>. Acesso em 25/02/2025.

SILVA, Vivian da Veiga. "Dialogando com as línguas selvagens: contribuições de Gloria Anzaldúa para pensar o feminismo decolonial". *Ártemis*, Paraíba, v. 31, n. 1, p. 336-353, 2021.

SPINETTA, Belén. *Editoras de género en medios de comunicación de Argentina II: la actualidad de un rol en disputa*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Comunicación para la Igualdad Ediciones, 2023.

UNFPA. FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. "El Fondo de Población de las Naciones Unidas". *Red de Editoras de Género*, 2025. Disponível em <https://argentina.unfpa.org/es/red-editoras-genero-reg>. Acesso em 28/02/2025.

VIVEROS VIGOYA, Mara. "La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación". *Debate Feminista*, Universidad Nacional Autónoma de México, Programa Universitario de Estudios de Género, v. 52, 2016. Disponível em https://debatefeminista.cieg.unam.mx/index.php/debate_feminista/article/view/2077.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura*. Barcelona: Homosociologicus/Península, 1980.

Cláudia Lago (claudia.lago07@usp.br) é professora da Escola de Comunicações e Artes e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo. Pesquisa gênero na interface com a Comunicação e coordena o grupo de pesquisa Alteridade, Subjetividades e Estudos de Gênero nas Comunicações (AlterGen).

Jimena Maria Massa (jimena.massa@unc.edu.ar) é professora de Jornalismo na Facultad de Ciencias de la Comunicación da Universidad Nacional de Córdoba (UNC, Argentina) e de Antropología na Facultad de Filosofía y Humanidades da UNC. Diretora da pesquisa "Comunicación, género y violencia. Análisis de coberturas periodísticas de femicidios y sus tramas con el ciberactivismo feminista en Córdoba" (2023-2025), financiado por SeCyT-UNC.

Daiane Bertasso (daiane.bertasso@ufsc.br) é professora do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR-UFSC). Vice-líder do grupo de pesquisa Transverso – Estudos em Jornalismo, Interesse Público e Crítica (CNPQ/PPGJOR/UFSC).



COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

LAGO, Cláudia; MASSA, Jimena Maria; BERTASSO, Daiane. "Jornalismo feminista: estratégias e desafios diante dos conservadorismos". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 33, n. 3, e108003, 2025.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

As autoras contribuíram igualmente.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 18/07/2025

Aceito em 20/07/2025
